



CONTROLE INTERNO

PARECER Nº 100/2017

PROCESSO Nº 040817-01

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2017 (LICITAÇÃO FRACASSADA)

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE KIT ENXOVAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS VOLTADAS PARA O CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ

PARECER

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, na lei Municipal nº 327 de 07 de julho de 2005, e demais normas que regulam as atribuições do Controle Interno, referentes ao exercício do Controle prévio e concomitante dos atos de gestão e visando orientar o Administrador Público, expedimos, a seguir, nossas considerações:

Chegou a este setor de controle interno para manifestação o Processo Administrativo nº 040817-01, referente ao Pregão nº 026/2017 tendo a aquisição de kit enxoval, para atender as demandas voltadas para o centro de referência da Assistência Social do Município de São Francisco do Pará.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 em seu art. 37, XXI, a instauração de processo licitatório pela administração pública para contratação de serviços, obras, compras e alienações. Assim a Lei Nacional nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 que regulamente este artigo (37 CF), dispõe sobre a regra de exceções e a Lei nº 10.520/02 que trata sobre compras por meio de pregão.

Analisando o Processo Administrativo nº 040817-01 verifiquei e detectei que foram atendidas e anexados ao processo os seguintes documentos nos quais as regras e procedimentos exigem: Ofício da Secretária Municipal de Assistência Social informando que os itens 16 à 28 foram fracassados no Pregão Presencial nº 09/2017; Atas da sessão de licitação Pregão Presencial nº 009/2017-PMSF); Despacho para a Procuradoria para emitir parecer jurídico; Parecer Jurídico; Memorando da Secretária Municipal de Assistência Social autorizando a abertura de processo; Termo de Referência; Despacho da Licitação ao Departamento de Compras; Modelo de cotação; Cotação de Preços; Despacho do setor de contabilidade, com dotação orçamentária; Declaração de adequação orçamentária e financeira; Despacho para o ordenador de despesas; Autorização da Secretária autorizando a abertura do processo; Decreto nomeando a comissão do Pregão (Decreto nº 087-B/2017); Termo de Autuação (Licitação); Despacho a procuradoria; Minuta do Edital; Parecer Jurídico; Edital do Pregão (PP nº 026/2017); Publicação (Aviso de Licitação); Credenciamento (Documentos da empresa); Propostas de Preços; Documentos da empresa (habilitação); Atas da sessão de Licitação (Pregão Presencial nº 026/2017 - PMSF); Propostas consolidadas; Resultado de julgamento da licitação; Relatório Final de Licitação; Despacho à Procuradoria; Parecer Jurídico; Despacho do Departamento de licitação para o controle interno

Assim, este Setor de Controle Interno, declara que o referido processo encontra-se revestido de todas as formalidades legais. É o parecer.

São Francisco do Pará, 11 de setembro de 2017.


Coordenadora de Controle Interno
Portaria nº 19/2017 - GPSE
Marciana Barros da Cruz
Coordenadora de Controle Interno
Portaria nº 19/2017 - GPSE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ

Av. Barão do Rio Branco 760 - Bairro: Centro - CEP: 68.748-000 - São Francisco do Pará - Pará

Contato: (91) 3774 1224